

JULGAMENTO DE RECURSO SEI Nº 0021008510/2024 - SAP.CVN.ACP

Joinville, 22 de abril de 2024.

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0019627467/2023/PMJ

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO COM E SEM FINS LUCRATIVOS, NA MODALIDADE MECENATO, PARA FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO CULTURAL PARA AÇÕES CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE, QUE OBJETIVEM O ESTÍMULO E O FOMENTO DA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO, PESQUISA, PUBLICAÇÕES, FORMAÇÃO E DIFUSÃO DE PRODUTOS, BENS E/OU SERVIÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS; SEJAM ACESSÍVEIS À DIFERENTES PÚBLICOS; CONTRIBUAM PARA A CONSTRUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTOS E MODOS DE FAZER; ALCANÇEM OS BAIRROS NAS DIFERENTES REGIÕES DO MUNICÍPIO E PERPASSEM OS MAIS VARIADOS ESTRATOS CULTURAIS E SOCIAIS, DOS QUAIS PROCEDERÃO COM A CAPTAÇÃO DE RECURSOS, AUTORIZADA JUNTO AOS CONTRIBUINTE DO ISSQN E DO IPTU, TENDO COMO LOCAL DE REALIZAÇÃO A CIDADE DE JOINVILLE.

RECORRENTE: HAMES BIER EVENTOS LTDA

I - DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente por **HAMES BIER EVENTOS LTDA**, aos dezesseis dias de abril de 2024, contestando a decisão que resultou na inabilitação da Recorrente no certame, conforme julgamento realizado em doze de abril de 2024.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS

Nos termos do artigo 165 da Lei Federal n.º 14.133/21, cumpridas as formalidades legais para admissibilidade do recurso, posto que a Recorrente manifestou interesse em apresentar recurso em face do julgamento da habilitação, dentro do prazo concedido, isto é, conforme constante na "Ata de Julgamento (0020829348)", publicada no site do Município de Joinville.

Cabe registrar que, após o prazo concedido para apresentação das razões recursais, automaticamente foi aberto prazo para as devidas contrarrazões.

III – DA SÍNTESE DOS FATOS

Em 21 de dezembro de 2023 foi deflagrado o Edital de Chamamento Público nº 0019627467/2023/PMJ, na modalidade Mecenato, para a execução de Ações Culturais no Município de Joinville.

O recebimento das propostas ocorreu até o dia 16 de fevereiro de 2024, sendo que no dia 19 de fevereiro de 2024 foi realizada a reunião entre os membros da Comissão Permanente de Licitação para acolhimento das propostas e documentos protocolados pelos interessados. A Ata de Recebimento (0020185212) foi devidamente publicada no site da Prefeitura Municipal de Joinville em 20 de fevereiro de 2024.

Em 12 de abril de 2024 foi realizada a reunião para julgamento dos documentos de habilitação pela Comissão Permanente de Licitação, sendo a Ata do Julgamento (0020829348) publicada no site da Prefeitura Municipal de Joinville em 15 de abril de 2024.

A Comissão Permanente de Licitação decidiu por habilitar os proponentes Clube de Oratória e Liderança de Joinville (Projeto "Memórias Visuais"), Talita Roberta da Silva Esteves (Projeto "Festa Junina Joinville"), Bureau de Comunicação e Eventos Ltda (Projeto "Paternidade Grisalha"), Amanda Cristina dos Santos Ritzmann (Projeto "Música Clássica nas Escolas"), Arthur Langemann Bandt (Projeto "Orquestra na Escola"), Tobias Cosme Alexandre de Barros (Projeto "Oficinas de Prática de Canto Coral"), Alisson Felipe da Silva (Projeto "Pra Lá e Pra Cá: Arte em Todo Lugar"), Luiz Wayller Athaides (Projeto "Um novo olhar sobre a chuva"), Cristiano Felipe Cardoso (Projeto "Chamas da Coragem"), Bernadete Costa (Projeto "25 Anos do Boi de Inclusão em Joinville"), Sonia Regina Biscaia Veiga (Projeto "2º Encontro de Contadores de Histórias Teias de Ananse"), Yago Soares Paulo (Projeto "Principiar: Arte na Escola Cidadã"), Ananias Alves de Almeida (Projeto "A Música vai à Escola"), Essaé Produções Ltda (Projeto "FESTEJO - Festival Nacional de Teatro de Joinville"), Bruna Larissa Campagnolo de Oliveira (Projeto "Bonecos Gigantes de Joinville"), Livania Cega Santana (Projeto "Apresentação Alusiva ao Bicentenário da Imigração Alemã no Brasil"), Maria Joaquina Marques de Almeida (Projeto "Concertos Didáticos nas Escolas Municipais de Joinville"), Norberto Xavier Deschamps (Projeto "Ações Teatrais"), Michelle do Carmo Alves Silva (Projeto "Vox Camerata em uma Viagem Musical pela Europa"), Sociedade Harmonia Lyra (Projeto "Ópera O Elixir do Amor"), Jean Carlos Smekatz - SMKTZ (Projeto "Poéticas do Movimento"), Hames Bier Eventos Ltda (Projeto "Festival Nacional do Chopp"), Instituto Dona Anna de Reabilitação do Potencial Humano - IRPH (Projeto "Música é terapia! - 2ª Edição"), Dionisos Teatro Ltda (Projeto "Tem boi no manguê: Formação em Cultura Popular"), Alexandre Schroeder (Projeto "Festival Mirante Cultural"), Marco Antonio Goncalves Junior (Projeto "CatalisArte - Intervenções Culturais"), X. W. T. Produções Ltda (Projeto "O Jantar"), Antonio Mario de Freitas Duarte (Projeto "2ª Mostra da Cultura Gaúcha de Joinville"), Mario Sato (Projeto "Tambores Milenares, Oriente-se pela Música"), Fernando Marcucci Filho (Projeto "Violão Erudito nas Escolas"), Sociedade Cultural Alemã de Joinville (Projeto "Domingos Musicais - 25 Anos da Cultura Alemã"), Rafael Fernandes Ribeiro (Projeto "Coletânea Joinville Canta e Encanta"), Samir Zanchetta Esteves (Projeto "Festa das Tradições"), Thiago Cordeiro Rosa (Projeto "Roda de Memórias – As Histórias que Ninguém Nunca Contou"), Arte Brasil Produções de Eventos (Projeto "Festa Literária de Joinville – FLIJ"), Cooperfilm Cine Video e Eventos Ltda (Projeto "Arte e a Cidade"), Geovani Garcia (Projeto "Praça Encantada - Oficinas Culturais"), Gino Ricardo de Siqueira (Projeto "Zumbilóides"), Rafael Schiodini Correa (Projeto "Quem eu posso ser."), Gilmara Farias (Projeto "Cicatriarte - Resignificando Marcas"), Deivison Maicon Garcia (Projeto "Festival de Cultura Popular"), Taysson Vinicius Bett (Projeto "Tiro de Misericórdia"), Jay Alan Rosa Thomas (Projeto "Samba na Estação"), Andre Luiz Cruz (Projeto "21ª Bandoneon Fest"), LabD12 Estúdio LTDA (Projeto "Fluxos do Tempo, Correntes de Mudança"), BZT Audio LTDA (Projeto "Zircão") e Nadir Radoll Cordeiro (Projeto "Artecerâmica: a arteterapia como apoio para jovens em vulnerabilidade social"). E decidiu por inabilitar os proponentes Jackson Luiz Amorim (Projeto "Oficina de Teatro Gestual em Plataforma"), Oficina - Projetos e Produções (Projeto "Maratona Fotográfica de Joinville"), Fahya Kury Cassins (Projeto "Incêndios no Sul"), Raphael de Carvalho Goncalves (Projeto "Academia da Cultura - ABCD"), Kleiton Charles Hames (Projeto "Micareta Joinville"), Hames Bier Eventos Ltda (Projeto "Micareta Joinville"), Thuani Stolf (Projeto "1º Festival de Graça), Valdecir Gregorio Junior (Projeto "Acordes da Juventude"), Área 14 Cervejaria LTDA - ME (Projeto "Festival Made In Joinville"), Área 14 Cervejaria LTDA - ME (Projeto "Festival Origens Joinvilense"), Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil (Projeto "Bolshoi por Joinville"), Aylton Bogo / Circulo Italiano di Joinville (Projeto "Noites Típicas Italianas"), Instituto Miguel Abuhab (Projeto "Meu Bairro Filmo Eu"), Joao Daniel Zanella (Projeto "FACES Kanamaris"), Instituto da Cultura e Educação (Projeto "Feira do Livro À Procura do Leitor"), Alisson Jonas Pereira (Projeto "Dança de Rua, Dança de Praça, Dança de Graça"), Associação Brasileira de Cultura e Desporto da Educação (Projeto "Festival Joinville Multicultural"), Petterson Pereira Thomaz (Projeto "Audiovisualizando o Futuro"), Joao Jader Jakopitsch de Andrade (Projeto "Fani 2009"), Maicon Fernando Medeiros (Projeto "Salada Autoral"),

Antonio Augusto Pereira Hille (Projeto "Palito Sapiens"), Instituto Festival de Dança de Joinville (Projeto "Movimento 60+") e Jose Henrique Wiemes (Projeto "Melancolia").

Inconformada com o julgamento que a inabilitou do certame, interpôs o presente recurso administrativo (documento SEI nº 0020947773).

Transcorrido o prazo recursal, foi aberto prazo para impugnação (0020986299), sem manifestação dos demais participantes.

IV – DAS RAZÕES DA RECORRENTE

A Recorrente dispõe em suas razões recursais que recorre da decisão de inabilitação do projeto cultural "Micareta Joinville" (24.0.037084-7).

Alega que, cumpriu todas diligências solicitadas no prazo estipulado, inferindo que o documento do qual decorreu sua inabilitação não foi requerido em fase de diligência, contudo em sede recursal realizou a juntada da "Declaração de Não Ocorrência de Impedimentos".

V – DO MÉRITO

Inicialmente, cumpre informar que as decisões tomadas no contexto deste chamamento público estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da igualdade e da vinculação ao edital, sob o qual o art. 5º da Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei no 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

A Recorrente Hames Bier Eventos Ltda foi inabilitada por deixar de apresentar o documento "Declaração da não ocorrência de impedimento", conforme requisito contido no item 4.1, subitem 4.1.2 alínea "h" do edital, que estabelece que o proponente cultural deve apresentar a declaração de não ocorrência de impedimento.

Sendo assim, é necessário transcrever o julgamento realizado referente aos documentos de habilitação apresentados pela Recorrente, conforme extraído da ata de julgamento, vejamos:

*"(...) **Hames Bier Eventos Ltda**, Projeto "Micareta Joinville" (24.0.037084-7), por deixar de apresentar o documento "Declaração da não ocorrência de impedimento", nos termos do item 4.1 e subitem 4.1.2 alínea "h", do Edital;*

Na tentativa de sanar a ausência dos documentos exigidos no documento editalício, a Comissão Permanente de Licitação diligenciou a Recorrente (0020734552) através do e-mail "tritaum@gmail.com", solicitando os documentos "Relação nominal, atualizada, dos dirigentes da pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, da Secretaria da Receita Federal - RFB, de cada um deles, devidamente assinada pelo representante legal", "Comprovação de que a pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos funciona no endereço declarado por representante legal da pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos", "Comprovante de residência do representante legal

da pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos ou ato declaratório informando o endereço residencial" e "Declaração da não ocorrência de impedimento".

Tempestivamente, em 03 de abril de 2024 através do Autosserviço, a Recorrente apresentou os documentos "Relação nominal, atualizada, dos dirigentes da pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, da Secretaria da Receita Federal - RFB, de cada um deles, devidamente assinada pelo representante legal", "Comprovação de que a pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos funciona no endereço declarado por representante legal da pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos" e "Comprovante de residência do representante legal da pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos ou ato declaratório informando o endereço residencial", deixando de apresentar a "Declaração de não Ocorrência de Impedimentos".

Tendo deixado de cumprir com o requisito constante do edital, a Recorrente foi inabilitada. Posteriormente, em sede recursal, realizou a juntada do documento faltante.

Logo, a inabilitação decorrente da não apresentação de documento exigido no chamamento público caracteriza o cumprimento às regras editalícias, em respeito aos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, e da vinculação ao instrumento convocatório.

Assim, diante das condições estabelecidas no documento editalício, a Comissão Permanente de Licitação, em estrita observância aos preceitos legais e aos princípios da legalidade e da supremacia do interesse público decide por manter inalterada a decisão que inabilitou **HAMES BIER EVENTOS LTDA** do certame.

VI – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, decide-se **CONHECER** o recurso interposto por **HAMES BIER EVENTOS LTDA**, referente ao Chamamento Público nº 0019627467/2023/PMJ, para, no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO** ao recurso.

Seije Andre Sanchez

Presidente da Comissão

Andrea Cristina Leitholdt

Membro da Comissão

Ariane de Sousa Silveira Marconato

Membro da Comissão

De acordo,

Acolho a decisão da Comissão Permanente de Licitação em **CONHECER E NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto pela Recorrente **HAMES BIER EVENTOS LTDA**, com base em todos os motivos acima expostos.

Ricardo Mafra
Secretário

Silvia Cristina Bello
Diretora Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Seije Andre Sanchez, Servidor(a) Público(a)**, em 22/05/2024, às 09:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ariane de Sousa Silveira Marconato, Servidor(a) Público(a)**, em 22/05/2024, às 09:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Cristina Leitholdt, Servidor(a) Público(a)**, em 22/05/2024, às 09:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 22/05/2024, às 10:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 22/05/2024, às 11:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021008510** e o código CRC **1E00FCC7**.

